

Para onde nos levará a crescente desordem do mundo atual?

Roberto Carvalho de Medeiros (*)

Celso Lafer, ex-Chanceler e professor emérito da USP, afirma que “... o grande desafio é compreender para poder enfrentar a crescente desordem internacional”.

Sua assertiva está correta e, a meu ver, um dos melhores instrumentos para buscar esse entendimento é o binômio *História versus Geografia*, pois ambos se complementam na contribuição ao conhecimento.

Ao longo da História das Civilizações, espaços geográficos terrestres e marítimos têm sido explorados como forma de exercer soberania, promover trocas comerciais, impor cultura sobre povos conquistados e obter novas fontes de matéria prima e de alimentação. Até o século XX a grande maioria desses movimentos foram desencadeados pelo emprego da força para depois de meados daquele século a negociação ser empregada com maior vigor e prioridade.

No início do século XXI a audácia se tornou presente nos atos extremos de violência, substituindo a antiga lógica das crises e dos conflitos armados para uma assimetria de forças por parte de atores de difícil identificação, atuando em ambientes difusos e de complexas ligações em rede e de modo coletivo e/ou isolado. Em suma, o ímpeto da atual desordem mundial torna a vida internacional crescentemente perigosa e instável.

O atual sistema internacional está sendo impactado por um conjunto de importantes ocorrências que podem ser analisadas em grupos de maior relevância nas relações e negociações internacionais.

A meu sentir, os aspectos mais significativos são: o processo de *globalização* foi favorecido pelos desdobramentos da queda do Muro de Berlim em 1989, promovendo integrações impensáveis no passado recente nos três viés de maior visibilidade (econômica, financeira e jurídica); os ataques terroristas no continente norte-americano (2001) transformaram os problemas e desafios da *segurança internacional* em novos termos onde a segurança foi definida como mais importante do que as liberdades individuais; a intervenção militar unilateral dos EUA no Iraque (2003) vem provocando um impacto desestabilizador no Oriente Médio tão profundo que transborda para fora daquela sensível região; a transferência de eixo do dinamismo econômico para a Ásia (denominada de “pivô” pela política de Obama); a emergente China e suas ambições de poder provocam tensão política crescente, tanto no seu entorno, especialmente sobre os espaços marítimos, bem como junto a outros Estados (porto e oleoduto no Mianmar) e em outros continentes (África) onde investem em infraestrutura para também atender suas necessidades de matéria prima; a reação à globalização por meio do intenso regionalismo comercial, enfraquecendo a capacidade de negociação e cooperação multilateral promovida pela *Organização Mundial do Comércio* (OMC); as dificuldades políticas e culturais que agravam mais ainda os desafios da sustentabilidade ambiental, comprometendo a qualidade da vida no planeta, além de dificultar uma sustentável transição das atuais fontes de energia para outras de baixo carbono; o crescente processo migratório oriundo do continente africano e do Oriente Médio para a Europa, quer por questões políticas e econômicas (tragédias decorrentes de guerra civil), quer pela escalada da crise da escassez de água potável; e por fim, não menos importante, a expansão dos atos de terror extremo para além dos contornos “domésticos” (na Europa e EUA) onde atuavam com maior desenvoltura e frequência, em particular pelo recente grupo formado por muçulmanos

sunitas autodenominado de “*Estado Islâmico*” (EI)¹, com o propósito de estabelecer novas fronteiras terrestres sob a sombra de uma *charia*² radical.

Esse último aspecto (EI) será tratado em separado em outro artigo. Suas particularidades, tais como o uso bárbaro da violência e os impactos dos seus movimentos e ações perante o Ocidente, representado pela Europa (antigos colonizadores mundiais) e pelos EUA (atual ator de maior presença militar global), merecem serem analisados e discutidos com maior profundidade.

A antiga lógica de *cooperação* do sistema internacional por meio dos Estados soberanos e organismos internacionais (com suas regras formais e informais), fica comprometida pela existência dos *Estados falidos* (Síria e Iraque) ou *quase falidos* (alguns países africanos).

O clássico princípio da integridade territorial se torna precário, haja vista a recente anexação da Criméia pela Rússia, e do Mar Territorial, em disputa por diversos Estados pelo mundo.

O sistema interestatal apresenta porosidade nas suas fronteiras. A sua fragilidade em regiões instáveis se torna mais acentuada, não só pela capacidade limitada de vigilância mas, sobretudo, pela rápida expansão do *ciberespaço*, haja vista as características inerentes às atuais tecnologias da informação (TI), tais como flexibilidade, multiplicidade, instantaneidade e “ocultação”, com impressionante capacidade de neutralizar importantes sistemas de controle de *Estados-alvo* menos protegidos para essa nova disputa conhecida como *guerra cibernética* (“*cyber war*”), praticada à distâncias bem afastadas das suas respectivas fronteiras.

A agregação em escala planetária do campo estratégico-diplomático-militar, decorrente da expansão da economia e do avanço da inovação do conhecimento, marco histórico do processo da unificação da humanidade, não mais assegura a contenção do preocupante confronto das vontades.

O Acordo de Parceria Transpácífica entre os EUA e o Japão, além de mais dez países, aí incluídos Chile, Peru e México, será aberto para quem desejar aderir, inovando a tradicional filosofia por novas concepções de acordos de cooperação internacional. Está prevista sua assinatura no início do próximo ano de 2016. E tem mais. Não resta alternativa para os países em desenvolvimento membros da OMC: ou aceitam e aprovam a inclusão dos novos temas setoriais por meio de novas regras de participação limitada de países, inspiradas e sob liderança dos EUA, ou a própria Organização tornar-se-á um mero órgão dotado tão somente de mecanismos de solução de controvérsias.

O medo e a vaidade, a humilhação e a cólera, a impaciência e o imediatismo, o ressentimento e a vingança, são símbolos presentes na globalizada propagação das emoções que, por sua vez, permeiam as atuais tensões. Tais comportamentos devem ser inseridos na moldura do quadro onde é apresentada a nova concepção das relações internacionais, com vistas a permitir o adequado entendimento da escalada daquelas múltiplas tensões e do contraditório.

¹ Também denominado como “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (EIII) ou “Estado Islâmico do Iraque e da Síria” (EIIIS) no Brasil. No exterior, é chamado de “Islamic State of Iraq and Syria” ou “Islamic State of Iraq and al-Sham” (ISIS).

² Denominação que se dá ao direito islâmico, também grifado como *sharia*, *shariah*, *shari'a* ou *syariah*.

Não se sabe para onde e como será o excesso de entusiasmo contra o Ocidente e a islamofobia por parte deste, o antissemitismo, a xenofobia, os fundamentalismos de toda natureza e o recrudescimento da importância das identidades por parte dos povos espalhados pelo globo. Pelo fato do contraditório não estar sendo mais respeitado como deveria por parte dos novos atores participantes do Sistema Internacional (Organizações não Governamentais e Religiosas, grupos políticos e religiosos que praticam o terror como forma principal de impor seus pensamentos e ideias), o futuro próximo é envolvido por uma neblina cinza onde a desconfiança e insegurança se apresentam com contornos imprecisos e preocupantes para o saudável desenvolvimento das negociações e relações internacionais planetárias.

O próximo texto abordará o fenômeno “Estado Islâmico” nas relações internacionais.

(*) – Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref.), Diretor de Relações Internacionais do Instituto Sagres.